

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO - CTASP

REQUERIMENTO Nº /2009

(Dos Srs. Vicentinho e Eduardo Valverde)

Requer que seja convidado o Ministro do Trabalho, o Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento e Gestão, da Casa Civil e o presidente da Associação Nacional dos Servidores do Ministério do Trabalho para, em audiência Pública, tratar da estruturação funcional e plano de carreira dos servidores do Ministério do Trabalho

Requer que sejam convidadas as autoridades acima nomeadas, para em audiência pública, em data a ser agendada com os convidados, tratarem dos assuntos constantes na ementa epigrafada..

JUSTIFICAÇÃO

Para dar conta das Superintendências do Trabalho nos 27 Estados da Federação e de representação em 500 municípios brasileiros, o Ministério do Trabalho conta com 3.337 servidores na área administrativa. Não é pouco lembrar, que é o Ministério do Trabalho responsável pelo combate ao trabalho degradante e análogo a escravo, objeto de diversas resoluções da OIT ratificadas pelo Brasil.

Em 13 de novembro de 2007, com a lei 11.543, foram criados 1951 cargos efetivos da Carreira de Previdência, da Saúde e do Trabalho, no âmbito do Ministério do Trabalho, sendo 1.700 cargos de agente administrativo, de nível intermediário, 180 cargos de administrador, 25 de analista de sistema, 35 cargos de contador, 8 cargos de economista e 3 cargos de psicólogo. A criação destes cargos teve como fundamento a recomposição das vagas extintas pelo art. 17 da lei 10.483/2002.

Contudo em face de Termo de Conciliação judicial, onde a Administração Pública Federal ajustou com o Ministério Público do Trabalho a redução do trabalho terceirizado , em 30 de julho de

2008, foi editada a Portaria nº 238 do MTE autorizando a realização de concurso público para a contratação de 1822 servidores para cargo efetivo. Por esta razão, o concurso público realizado pelo MTE teve como intuito tão somente a substituição dos trabalhadores terceirizados que executam atividades próprias de servidor público, não servindo para a recomposição do Quadro de Pessoal do MTE atual e nem mesmo para repor as aposentadorias previstas para os próximos 5 anos.

Desta feita, o MTE encaminhou ao MPO, para a execução das ações governamentais sob sua gestão, proposta de criação de mais 320 cargos de Analista do Trabalho, Emprego e Renda e 1.100 cargos de Técnico do Trabalho, Emprego e Renda, com previsão de lotação na sede e nas 27 Regionais.

Foi proposta também uma nova reestruturação de carreiras, nos moldes em parâmetros similares aos estabelecidos e já aprovados no âmbito de outros Órgãos do Poder Executivo Federal contemplando em seu texto mecanismo de estímulo ao desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores do MTE, até então inexistentes.

Debates este assunto é o motivo desta audiência pública.

Sala de Sessões em de Junho de 2009

**VICENTINHO
VALVERDE**

Deputado Federal PT-SP
PT-RO

EDUARDO

Deputado Federal